



Ocaso farmacêutico

Correio Popular

Júlio da Silveira SUDÁRIO

8-10-75

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de S. Paulo, com 15 anos de vida, promoveu, a 13 do corrente, nesta cidade, mais uma reunião ético-profissional, como vem fazendo em várias localidades deste Estado. Seu ilustre e jovem Presidente, ladeado por meritosos elementos do Conselho, se conduziram brilhantemente no desenvolvimento da reunião. Importante também é registrar a presença na mesa do General-Farmacêutico-Deputado Sebastião Marcondes e de Alvaro Ribeiro, chefe do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, em Campinas.

Quase todos da mesa falaram, alguns mais de uma vez. E de toda aquela reunião, que durou mais de quatro horas no auditório do Agrônomo, ficou a certeza de que a classe farmacêutica estará mergulhando em crepúsculo profissional se não se unir para uma luta sem treguas contra a legislação que está aproveitando suas prerrogativas tirando-lhe direitos e acrescentando deveres pesados como uma montanha de aço. E foi até referido um projeto de desestímulo à classe, à comunidade e às unidades de ensino farmacêutico no País e estímulo ao uso desenfreado e abusivo de medicamentos, à charlatanice e à auto-medicação.

É coisa sabida e com magoa registramos que a Lei 5991-73, além de ser contra-revolucionária, contra o Milagre Brasileiro, colocou na responsabilidade das farmácias 68% de elementos de nível de cultura primária e 4% destituídos de qualquer escolaridade.

O Deputado pindense Sebastião Marcondes, produziu mais uma vez, grande tribuno que é, afirmações de alto sabor profissional e de política objetiva, onde o próprio humorismo de algumas frases revelava a deleteria conquista de algumas leis, de projetos e outras formulações legais o que vem colocar na Assembléia Paulista na mesma altitude que Francisco Amaral na Assembléia Federal, relativamente aos interesses do povo brasileiro.

E isso tudo é oportuno e doloroso quando vemos no setor da saúde pública as lutas do INPS e do Funrural para socorrer os doentes e amparar os aflitos.

E inda é mais premente quando vemos instituições beneméritas como a Santa Casa de Campinas, não poder firmar convênio com o Funrural, por falta de espaço para atendimento dos doentes e vários nosocômios de Minas Gerais, denunciarem convênios porque, alguns, internados em tal estado de miséria orgânica, se recusam a receber alta pedindo o milagre da aposentadoria para poderem seguir arrastando os molambos num poema fúnebre de sofrimento e desamparo.

Cresce neste momento o valor do Presidente da República com suas leis sociais, com seus ideais de amparo aos desprotegidos. Mas seria também preciso que os Ministérios, as autarquias e as Câmaras legislativas correspondessem com leis e normas humanas que atendessem ao povo e às classes sociais. Não basta fazer leis. É preciso que elas sejam ausentes de fins puramente políticos e brotem de uma realidade socio-econômica dos que sabem ver a realidade nacional.

O sociólogo Oliveira Viana, em seus "Ensaio de Política Objetiva", refere que de 1930 a 1935 se fizeram no Brasil mais leis e decretos do que durante os dois Impérios e a República.

Imaginemos agora o que foi feito de 1935 a 1975 e possivelmente cairiam nas páginas da "Ilha dos Pinguins" de Anatole France ou nas "Cartas Persas" de Montesquieu, dois monumentos da cultura universal, onde a burocracia e a politicalha soltam o povo para as fêras nas arenas da Roma anti-cristã.

Não referimos neste artigo o que disseram muitos farmacêuticos presentes para não cairmos nas páginas bíblicas do Profeta Jeremias. Isso seria jocoso se não fosse danoso e não podemos rir dos que sofrem desamparados pela Lei.

E a seguir nessa marcha, os farmacêuticos perderão um dia a própria sindicalização. Ficarão sem sindicato como os escritores e os jangadeiros e apenas se recorrerão, para obter talões, da estrada larga dos serviços de qualquer natureza.

E os boticários verdadeiros ficarão na condição de apenas monologarem estranhamente, olhos postos no passado e nas glórias da farmácia, como o papagaio dos Aturés, referido por Humboldt, e que falava uma linguagem desconhecida, nas margens do Orinoco, depois da tribo ter sido dizimada pela peste.

E poderá se repetir o fato imaginado por inteligente jornalista do caso da mente simplista de um delegado que encontrou um afogado nas tranqueiras de um rio. Empurrou o defunto para a torrente e o delegado da comarca abaixo que solucionasse a ocorrência.

O farmacêutico atual está sendo o cadáver empurrado na correnteza pelo simplismo da legislação que despreza elementos fundamentais de soluções e faz tabula rasa de uma nobre profissão e dos direitos adquiridos por profissionais que honram a história da ciência e tantos sábios produziram para prolongar a vida e diminuir o sofrimento.